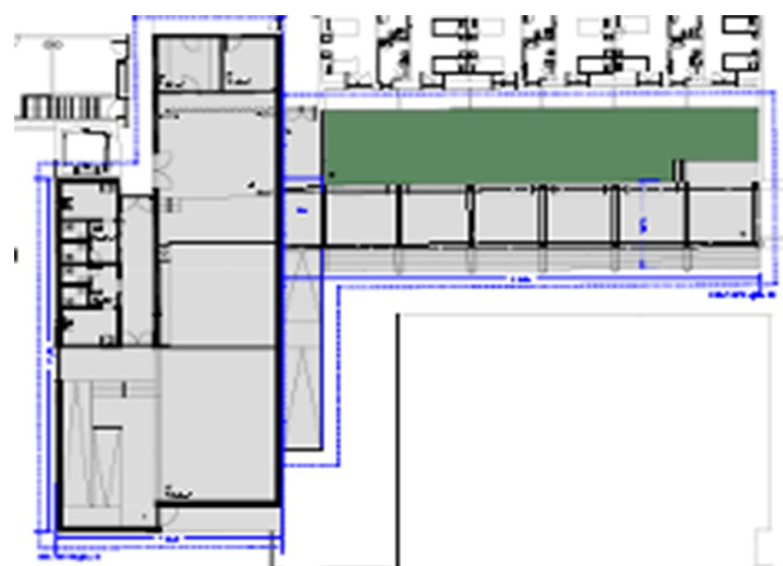
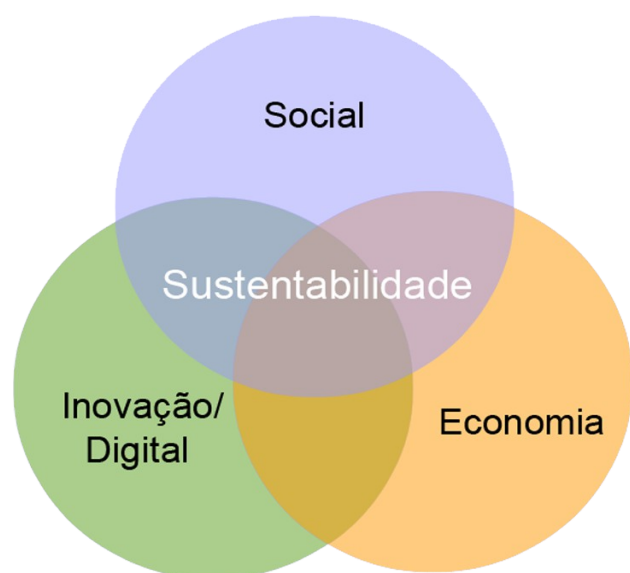


Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim



Requalificar e ampliar a ERPI Plano de Ação e Orçamento 2021

Pares 3.0





SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM
Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM
Cont. nº 500 850 208

ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA **CONVOCATORIA**

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 22.º do Compromisso, convoco todos os Irmãos desta Santa Casa da Misericórdia, no gozo dos seus direitos, a tomarem parte na Assembleia Geral Ordinária, a realizar no próximo dia **12 de Dezembro de 2020 (Sábado)**, pelas **09.30 horas**, no Salão Nobre desta Instituição, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1 – *Pedido de autorização para alienação conforme o preceituado na alínea g) do número um do artigo vinte e um do Compromisso, de um prédio rústico, denominado Cortinha da Eira Velha, de lavradio, sito no lugar de Laúndos, freguesia de Laúndos, concelho da Póvoa de Varzim, descrito na conservatória do registo predial da Póvoa de Varzim, sob o número mil novecentos e setenta e nove, inscrito na matriz rústica sob o artigo oitocentos e catorze ;*

Ponto 2 - *Apreciar, discutir e votar o Plano de Atividades e Orçamento de exploração pre-visual e investimentos para o ano de 2021, e Parecer do Definitório;*

Ponto 3 – *Meia hora para tratar de qualquer assunto de interesse para a Santa Casa da Misericórdia, de acordo com o n.º 3 do artigo 22 do Compromisso.*

Se á hora marcada não se encontrar presente a maioria dos Irmãos inscritos, esta funcionará em segunda convocatória, trinta minutos depois, com qualquer número de presenças, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do Compromisso, com a mesma ordem de trabalhos.

Póvoa de Varzim 17 de Novembro de 2020

O Presidente da Assembleia Geral

Nuno Manuel Vasconcelos Tavares Moreira, Prof. Dr

PLANO DE AÇÃO

A Pandemia COVID19 veio trazer uma incerteza relativamente ao ano 2021, que vai determinar um Plano de Ação virado para a continuidade das linhas orientadoras dos últimos anos e um Orçamento cauteloso e elaborado em pressupostos objetivos do ano 2021, não tendo por isso, por base a evolução contabilística do ano 2020, que por ter sido um ano atípico em muitos aspetos da atividade da Misericórdia, que teve reflexo nas contas.

Mais uma vez, a sustentabilidade económico-financeira da Misericórdia, é a preocupação base para o Plano e Orçamento, bem como a modernização organizativa e das suas estruturas.

A reorganização interna dos serviços, a sua eficácia operacional, o combate ao desperdício, a requalificação das estruturas e das competências dos trabalhadores, e a procura de contratos mais vantajosos na aquisição de bens e serviços, são princípios a determinar orientação da execução do Plano.

Todas estas estratégias têm à mesma finalidade – prestação de serviços de boa qualidade, com boas condições físicas e organizacionais para os trabalhadores, e economia de meios.

A qualidade dos serviços prestados, na área social e na saúde, terão como referência as atuais exigências nos setores, as diretrizes das entidades que os tutelam, bem como os normativos de boas práticas atuais. Para a sua implementação serão seguidos os normativos internos já existentes e a rever, com base em critérios de qualidade internacional.

Será concluída a Requalificação da ERPI – Pensionato, de modo a adequar as suas instalações às atuais exigências legais, e às necessidades dos seus residentes. A Alteração e Ampliação da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – Lares de Nossa Senhora da Misericórdia e Lar de Grandes Dependentes – terá a sua conclusão.

Havendo aprovação do Programa PARES 3, serão realizadas a construção da Sala Polivalente da ERPI, concluída a passagem exterior coberta ligando as duas saídas dos lares, nascente e poente, alargada a cozinha e refeitório e implementado um novo sistema de chamada na ERPI.

As famílias continuarão, como tem acontecido nos últimos anos, a ter dificuldade em pagar as prestações complementares dos serviços prestados aos idosos. Os pedidos de apoio social na área alimentar, continuarão a exigir a ação do PEA (Programa de Emergência Alimentar), tendo em conta a situação económico-social previsível para o concelho no pós pandemia. A discrepância entre a procura justificada do apoio alimentar e o número de refeições que a Segurança Social comparticipa, em sede de Protocolo, continuará a exigir da Misericórdia, um esforço financeiro no apoio aos mais carenciados.

O aumento de salários e as alterações laborais, que abrangem uma parte significativa dos trabalhadores, poderão gerar dificuldades no equilíbrio financeiro, tendo em conta que a subida dos custos do trabalho, com peso significativo nas despesas, tem uma fraca compensação nas receitas, face ao diminuto aumento das pensões das pessoas idosas.

A Requalificação da ERPI – Pensionato, irá permitir a entrada de novos residentes de modo a estabilizar financeiramente a valência.

A modernização da nossa estrutura funcional, a rentabilização da capacidade instalada, a racionalização dos serviços e dos processos de aquisição de bens, o combate ao desperdício, são exigências decorrentes da necessidade de continuar a apostar na modernização, sem a qual a competitividade e a sustentabilidade não têm base de apoio.

Irá ser continuada a formação de todos os trabalhadores, incidindo particularmente nas categorias de Ajudantes de Ação Direta e Auxiliares, bem como formação generalizada no âmbito das ferramentas informáticas.

O equilíbrio financeiro de cada uma das respostas sociais continuará a ser um referencial, no respeito pelos Protocolos de Cooperação.

A abertura ao meio, estabelecendo acordos com instituições da área social ou educacional, vai continuar, e em particular com o IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), e diversas escolas do ensino básico/secundário e superior.

Na área do trabalho a disponibilidade para estabelecer acordos, traz vantagens mútuas. Por um lado, dando oportunidade aos jovens, ou menos jovens, de conhecerem o que é a atividade do Terceiro Setor, e por outro lado a Instituição beneficia do contacto com novas abordagens das questões que se colocam na área social, e ajuda a preparar potencial humano.

O Plano de Ação para o ano de 2021 foi elaborado neste quadro, com pressupostos da situação nacional, mas tendo em conta a realidade local, decorrendo daí um orçamento realista, face às receitas ordinárias previstas, à escassez de receitas extraordinárias e ao aumento dos preços dos bens e serviços, indispensáveis ao regular funcionamento das diferentes valências.

A sustentabilidade da Instituição, nas suas vertentes económica e financeira, continuará a ser uma preocupação constante, ajustando as despesas às receitas.

Área Social

A ocupação das camas disponíveis nas estruturas residenciais, tem-se mantido nos últimos anos constantemente nos 100 %, não tendo a Misericórdia conseguido dar resposta, por falta de camas, às solicitações da população, prevendo-se que a procura se mantenha, quer para admissão definitiva, quer para situações temporárias, resultantes de impossibilidade dos cuidadores habituais continuarem a dar apoio.

As situações de demência frequentes, e o estado de saúde das pessoas que procuram as estruturas residenciais para idosos, exigirão a manutenção de serviço de saúde de apoio bem estruturado, de modo a responder a essas necessidades.

A flexibilidade dos nossos serviços, terá que ter em conta as dificuldades das famílias na prestação de cuidados, dado o envelhecimento da população, e as conseqüentes limitações inerentes a essa situação.

O Serviço de Apoio Domiciliário irá alargar a sua ação com novos serviços, particularmente ligado à segurança das pessoas, através de tele-emergência e apoio na utilização de meios tecnológicos de comunicação, por parte dos utentes

O serviço de Ocupação e Desenvolvimento Pessoal, irá a ter um papel importante no bem estar das pessoas por nós cuidadas, apostando-se na sua estabilização e qualidade da sua ação.

Os portadores de Paramiloidose continuarão a ter o apoio específico desta Misericórdia, quer diretamente através da ação do CEAP (Centro de Estudos e Apoio à Paramiloidose), quer através de campanhas de informação, a nível da população e dos técnicos de saúde, em parceria com entidades ligadas ao combate à doença, e no possível estabelecimento de um protocolo com a Segurança Social.

Irá ser feita uma campanha, de modo a suscitar o interesse da população local em ajudar a Misericórdia, disponibilizando o seu tempo e vontade, a favor dos que são acolhidos e cuidados na Instituição, para alargar o voluntariado nas diferentes valências da Área Social.

Área da Saúde

Cuidados Continuados:

Não se preveem alterações nos valores a pagar pelos serviços prestados, durante o ano de 2021, pese embora os crescente encargos da prestação de cuidados.

Medicina Física e de Reabilitação:

É uma área da saúde com grande oferta de serviços de várias unidades, particularmente na zona da Póvoa - Vila do Conde. A nossa capacidade de resposta nesta área, como noutras áreas da saúde, poderá ser alargada, oferecendo outros serviços, tendo em conta o corpo técnico de que dispomos, de modo a rentabilizar as instalações, os meios humanos e os equipamentos, adequando instalações e organização a esta realidade. Após a Pandemia, prevê-se uma recuperação lenta, mas mais significativa a partir do meio do ano.

Serviço de Psicologia:

O aumento das situações de demências e de fragilidade emocional, dos nossos residentes na ERPI, e utentes de outros serviços, obriga a um plano de intervenção, no sentido de garantir melhoria na qualidade de vida das pessoas que cuidamos.

Área do Trabalho

A formação generalizada dos trabalhadores, interna e externa, será continuada, abrangendo várias categorias profissionais, mas pelo número de trabalhadores e novas admissões terá mais expressão nos Ajudantes de Ação Direta, Trabalhadores Auxiliares e trabalhadores na Área da Cozinha.

A formação generalizada no âmbito dos TIC, necessária, face à crescente digitalização dos sistemas e uso de meios tecnológicos associados.

Face à evolução da Pandemia, poderá a sua concretização ter o seu início em meados do ano 2021.

Administração:

Serviços Administrativos e Financeiros:

A inovação, e conseqüente formação dos trabalhadores que trabalham nesta área, é indispensável à sustentabilidade da Instituição, e continuará como prioridade na ação desta Mesa Administrativa.

Será concluída a reorganização do Serviço de Limpeza e Higienização.

Será concretizada uma profunda alteração da área do medicamento da ERPI, alargando a toda a ERPI o sistema farmapack, que garante mais segurança e agilização na gestão e toma dos medicamentos.

Os sistemas de controle de circulação de pessoas estranhas, vai continuar a ser objeto de particular atenção, de modo a garantir segurança dos nossos residentes, e restantes utentes das nossas resposta sociais.

É neste quadro que iremos desenvolver a atividade, no próximo ano, certos que a procura de apoio para os mais idosos, muitos com uma baixa pensão, mas com as mesmas necessidades dos que possuem rendimentos mais elevados, continuará a sentir-se, e o apoio social aos mais carenciados, terá de continuar.

O Plano de Atividades para o ano de 2020, baseia-se em sete eixos de orientação estratégica:

- I – Capacitação e qualificação de trabalhadores;
- II – Promoção da qualidade dos serviços prestados;
- III – Requalificação das estruturas físicas;
- IV – Resposta às necessidades dos mais carenciados da sociedade local;
- V – Reorganização e Inovação como estratégia para a eficiência dos serviços;
- VI – Combate ao desperdício e eficiência das instalações
- VII – Promoção de equilíbrio e sustentabilidade financeira.

Capacitação e qualificação de trabalhadores:

As ações de formação externa resultam de uma parceria com o IEFP, preferencialmente em contexto de trabalho, estando também prevista formação por formadores internos.

A formação centrar-se-á em áreas de interesse para a nossa atividade, nomeadamente:

- prestação de cuidados aos doentes, utentes e residentes
- higiene e segurança no trabalho
- prevenção e controlo de infeção
- higienização de espaços e equipamentos
- higiene e segurança alimentar
- suporte imediato de vida
- segurança contra incêndio

- capacitação para o digital

Promoção da qualidade dos serviços prestados:

Implementação de procedimentos aceites por entidades nacionais e internacionais, tendentes à garantia da qualidade dos serviços prestados, quer na área da saúde quer na área social.

Requalificação das estruturas físicas:

Conclusão das obras de Requalificação da ERPI-Pensionato, Ampliação e Requalificação da ERPI, Requalificação energética dos edifícios da ERPI, programas IFRRU e PEDU. Concretização do Programa PARES 3 para a Reabilitação e Remodelação da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas”, intervenções I,II e III, de Reabilitação e Ampliação da Cozinha e Refeitório da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Requalificação e Ampliação dos Espaços das Atividades da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), adaptando os espaços existentes às atuais necessidades da população e Reconstrução do Corredor Exterior da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI).

Será concluída a implementação do sistema centralizado de chamada e controlo de rondas, e controle de acessos por cartão individual com microchip, para todos os utilizadores dos diferentes espaços.

Resposta às necessidades dos mais carenciados da sociedade local:

- Programa de Emergência Alimentar

Tal programa, por depender da necessidade de apoio social e da vontade do Ministério da Segurança Social, ocorrerá enquanto nos for solicitado, dentro do acordo ou não com o Instituto da Segurança Social, podendo passar por outros tipos de apoio como agora já acontece.

Reorganização e Inovação como estratégia para a eficiência dos serviços:

- Reorganização dos serviços para os tornar mais eficientes, com economia de meios materiais e humanos. A utilização de mais meios técnicos e o recurso a auditorias, serão meios para conseguir esse objetivo. Por outro lado o estabelecimento de parcerias, com instituições similares, permitirão análise conjunta e comparativa, para encontrar modelos mais eficientes de organização.

Combate ao desperdício e eficiência das instalações

Continuarão a ser implementadas medidas tendentes a reduzir o desperdício de energia, em particular com recurso a sistemas de controle que desligam os sistemas de aquecimento em períodos em que os espaços estão desocupados, e a pôr fora de serviço os sistemas de AVAC, em períodos de ponta da energia elétrica.

Substituição de lâmpadas convencionais e fluorescentes, nos locais de maior utilização da iluminação artificial, por lâmpadas LED.

Promoção de equilíbrio e sustentabilidade financeira:

- Controle dos custos, através da sensibilização interna dos trabalhadores para o combate ao desperdício dos bens e energias, particularmente da iluminação, aquecimento e bens alimentares; informação e formação dos trabalhadores para a utilização adequada dos equipamentos; diversificação dos fornecedores, na procura dos que oferecem os produtos e serviços com a melhor relação qualidade/preço.

Conclusão

Este Plano de Ação, consubstancia um orçamento cauteloso, mas capaz de permitir a sua concretização.

Orçamento

Linhas Orientadoras

As linhas orientadoras do Orçamento estão baseadas nas condições dos atuais acordos de cooperação e têm em conta as realizações previstas, com base nos eixos orientadores enunciados.

Alguns pressupostos tiveram de ser levados em conta para a sua elaboração.

Do lado das despesas:

- Previsão de evolução dos preços dos combustíveis e outras energias, água e saneamento.

Da parte das energias, fez-se uma previsão dos custos ligados à energia elétrica, face à previsão da evolução dos valores de mercado, à auto-produção pelos painéis fotovoltaicos, tendo em conta também medidas de poupança, por racionalização do uso da eletricidade, e à continuação da substituição de lâmpadas convencionais por LED.

Não foi prevista alteração significativa dos custos dos combustíveis líquidos, face aos preços do ano 2020, prevendo-se a continuação dos preços em baixa e foi realizado contrato com empresa para obter descontos face ao valor de mercado.

Quanto aos combustíveis gasosos – Gás Natural, que tem um peso significativo no orçamento, foi realizado contrato para fornecimento a preços do mercado ibérico com redução significativa do valor do Kwh.

Não foi prevista alteração dos preços de água, saneamento e resíduos.

- Efeitos da Inflação;

Tendo em conta a taxa de inflação nula no ano 2020, e a previsível de 1,2% para 2021, os valores a pagar em alguns produtos poderão ter ajustamentos a levar em linha de conta em cada tipo de produto.

Os preços no setor de alimentação e bebidas, poderão ter tendência a aumentar e foi levada em conta a inflação prevista para o ano, e o esforço de economia-combate ao desperdício e novos contratos no fornecimento de alguns produtos, poderão como resultado uma pequena baixa nos custos.

- Evolução dos salários

Foi feita uma previsão rigorosa dos custos do trabalho, tendo em conta o peso que representam no orçamento, bem como o quadro de pessoal necessário ao bom funcionamento dos serviços, a alteração do salário mínimo, a entrada em vigor de alterações nas carreiras profissionais, por força dos acordos laborais e a diferenciação salarial entre diferentes categorias profissionais.

Do lado das receitas:

Comparticipações do ISS, nas respostas sociais, sem alteração por utente, ajustadas à frequência;

Comparticipações de Cuidados Continuados, sem alteração;

Na Fisioterapia, segundo semestre de 2021, com valor médio de faturação idêntico a 2019, e o primeiro semestre, ainda em resultado da Pandemia, com média de 80% desse valor,

Subsídios à exploração, com redução significativa das verbas do “Jogo”, e valores habituais da Fundação Luís Rainha;

Receitas extraordinárias, não previstas.

A Mesa Administrativa

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	Realizado 31-12-2019	Orçamento 2020	Estimado 31-12-2020	Orçamento 2021
Vendas e serviços prestados	4.691.456,79	4.706.150,00	4.484.397,94	4.595.238,00
Subsídios, Doações e Legados à exploração	161.919,98	77.360,00	130.104,70	34.265,00
Variação nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-799.423,81	-787.960,00	-899.905,84	-814.726,00
Fornecimentos e serviços externos	-966.562,53	-900.530,00	-741.367,75	-593.487,00
Gastos com pessoal	-3.295.766,45	-3.339.240,00	-3.323.068,58	-3.419.495,00
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)				
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)				
Provisões específicas (aumentos/reduções)				
Outras imparidades (perdas/reversões)				
Aumentos/Reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	495.087,52	467.700,00	433.042,75	407.497,00
Outros gastos	-31.253,87	-8.470,00	-68.034,27	-8.041,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	255.457,63	215.010,00	15.168,95	201.251,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-199.376,34	-193.900,00	-206.244,45	-204.226,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	56.081,29	21.110,00	-191.075,50	-2.975,00
Juros e rendimentos similares obtidos	2.683,22	2.450,00	2.450,00	1.500,00
Juros e gastos similares suportados	-14.923,23	-14.050,00	-16.000,00	-32.659,00
Resultado antes de impostos	43.841,28	9.510,00	-204.625,50	-34.134,00
Imposto sobre rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	43.841,28	9.510,00	-204.625,50	-34.134,00

Aprovado em reunião de Mesa Administrativa de 26 de novembro de 2020

Áreas de Atividade		Utentes/Residentes	Quartos	Doentes/dia	Refeições/dia
Social	ERPI – Lar N ^a S ^a da Misericórdia	57			
	ERPI – Lar Grandes Dependentes	41			
	ERPI – Pensionato		21		
	Centro Dia	60			
	Apoio Domiciliário	85			
	Apoio Domiciliário-CEAP	50			
	Programa Emergência Alimentar (PEA)				60
Saúde	Unidade Cuidados Continuados – LD	27			
	Unidade Cuidados Continuados – MD	21			
	Centro Medicina Física e de Reabilitação			600	

Plano de Investimentos

Designação	Investimento		Linhas de Financiamento					
	2020	2021	Início 2020			Início 2021		
	Valor	Valor	Portugal 2020 PEDU	IFRRU Santander	Capitalizar Mais Novo Banco	Pares 3.0	Autarquia	Linha Apoio Econ Social Santander
AAERPI	2.202.093,16	861.804,00	1.105.000,00	319.480,71	777.612,45	480.000,00	105.270,60	276.533,40
RQ-Pens	219.400,00			219.400,00				
RE	354.808,69			307.420,65	47.388,04			
	2.776.301,85	861.804,00	1.105.000,00	846.301,36	825.000,49	480.000,00	105.270,60	276.533,40

Financiamento

	Fundo Perdido		Fundo Perdido	Protocolo	
Valor		846.301,36	800.000,00		300.000,00
Prazo		240 meses	84 meses		72 meses
Carência		18 meses	24 meses		18 meses
TAE		1,15%	1,10%		1,05%

Plano de Execução Obra

AAERPI	Alteração e Ampliação da ERPI	Novembro/2019 a Dezembro/2021
RE-Pens	Requalificação da ERPI – Pensionato	Dezembro/2019 a Abril/2021
RE	Requalificação Energética	Dezembro/2019 a Junho/2021

Candidatura PARES 3.0

Componentes / Investimento Estimativa de custo	Estimativa de custo	Elegível		Não elegível	Total
		Público	Privado	Privado	
Infraestruturas	763.000,00	457.800,00	305.200,00	53.294,00	816.294,00
Projeto técnico	19.000,00	11.400,00	7.600,00	4.370,00	23.370,00
Fiscalização	18.000,00	10.800,00	7.200,00	4.140,00	22.140,00
Total		480.000,00	320.000,00	61.804,00	861.804,00
Restituição IVA				30.902,00	
		480.000,00	320.000,00	30.902,00	
Comparticipação Município	30,00%		96.000,00	9.270,60	105.270,60
Encargo da Misericórdia					224.000,00

Linha de Apoio à Economia Social

- Montante: 300.000 eur; Prazo: 6 anos; 18 meses de carência de capital;
- Taxa: Euribor 12M (com floor zero) + 0,90%;
- Comissão de Gestão: 0,15%;
- Garantias: Livrança; Garantia SGM de 90%;

Programação financeira anual €

Componentes / Anos	Ano n	Ano n+1	Ano n+2	Ano n+3 e seguintes	Total
Infraestruturas		816.294,00			816.294,00
Projeto técnico	4.674,00	18.696,00			23.370,00
Fiscalização		22.140,00			22.140,00
Encargo empréstimo Bancário		0,00	32.437,08	69.103,11	308.849,52
Total	4.674,00	857.130,00	32.437,08	69.103,11	

Data de início da realização do investimento

01-07-21

Data prevista de conclusão da realização do investimento

31-12-21



RELATÓRIO E PARECER
PLANO ACÇÃO E ORÇAMENTO PARA 2021

Caros Irmãos,

A - Preâmbulo

1 - Em cumprimentos das disposições legais e estatutárias aplicáveis, nomeadamente nos termos da alínea c) do artigo trinta e um do Compromisso e do mandato que nos foi conferido, vem o Definitório da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim no âmbito das suas competências apreciar e emitir o seu Relatório e Parecer sobre o Programa de Acção e o Orçamento apresentado pela Mesa Administrativa para o exercício com termo em 31 de Dezembro de 2021.

2 - É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação realista dos referidos documentos com suporte em estimativas baseadas em critérios credíveis.

3 - A responsabilidade do Definitório consiste em examinar a informação contida em ambos os documentos, competindo-lhe expressar um parecer profissional e independente, baseado no exame dos documentos.

4 - Assim sendo, o Definitório procedeu à leitura dos citados documentos, à sua análise e apreciação no âmbito das suas competências e atribuições de fiscalização dos actos de administração financeira da Santa Casa. Com particular incidência analisou o Orçamento para o ano de 2021.

5 - De salientar o facto que o Orçamento apresentado continua a expressar uma linha de orientação que se caracteriza pela responsabilidade e prudência, procurando manter um equilíbrio financeiro sustentável. Nesta fase, ainda como instrumento previsional de gestão, constitui o veículo para a obtenção dos meios e recursos que permitam e possibilitem a execução programada na esfera do objecto social da Santa casa.

6 - Analisou as estimativas e pressupostos subjacentes à sua elaboração e a quantificação das receitas e despesas consideradas coerentes com anteriores perspectivas estratégicas.

7 - No Plano de Acção a Mesa Administrativa relata, desenvolvendo pormenorizadamente, os Programas de intervenção perspectivados e respectivos projectos, no sentido de suprir algumas insuficiências estruturais que lhe permitirão melhorar as condições para os seus utentes.

8 - Em virtude do ano atípico que se verificou, resultante das dificuldades que provocaram a pandemia, o ano de 2020 é caracterizado por uma diminuição das receitas e aumento dos custos. No entanto, pressupõe-se o regresso à normalidade a partir do segundo semestre de 2021, pelo que o orçamento será condizente com os resultados dos anos transatos. Tendo em conta as projecções para o ano em curso, é de salientar no orçamento para 2021 o seguinte:

8.1 - O aumento dos custos com pessoal devem-se essencialmente à realização de contratos de trabalhos com os funcionários que ainda tinham contrato de prestação de serviços, pelo que, obviamente, se verificou uma diminuição dos custos com honorários;

8.2 - É de salientar uma diminuição acentuada nos custos com o gas e electricidade, respectivamente, 35% e 10%, devido a nova contratação, mais favorável para a Santa Casa, com as empresas fornecedoras;

8.3 - De referir que no ano em curso, devido à pandemia, se verificou um aumento anormal dos custos em higiene e limpeza e material paramédico, sendo o regresso aos consumos normais a partir do 2º. Semestre de 2021, pelo que se verifica uma diminuição de 10% e 30%, respectivamente.

8.4 - Na rubrica "outros gastos" verifica-se uma diminuição substancial, única e exclusivamente, resultante de correcções contabilísticas;



Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim

Fundada em 23 de maio de 1756

Definitório

8.4 - Por fim, é importante referir que o valor das receitas, na sua maioria, voltará à normalidade, com excepção do valor atribuído pelas verbas de jogo, que diminuirão cerca de 40 000 euros, resultante, igualmente, da quebra de receitas do Casino da Póvoa.

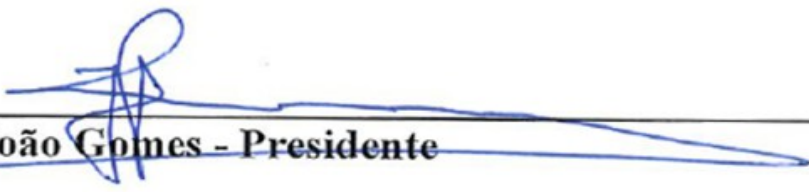
9 - Entende este Definitório que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão do respectivo Parecer.

B- Parecer

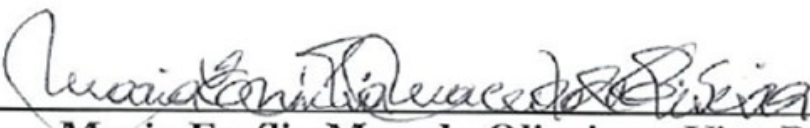
Em reunião do Definitório analisou-se a Proposta de Acção e respectivo Orçamento para 2021, elaborados pela Mesa Administrativa. Na sua avaliação, depois de ampla discussão e esclarecimentos obtidos dos Sr.s Provedor e Técnico de Contas, mereceram a concordância, reconhecendo este Definitório o mérito da Proposta, a sua credibilidade e coerência dos pressupostos, **pelo que deliberou por unanimidade pronunciar-se favoravelmente.**

Póvoa de Varzim, 27 de Novembro 2020


O Definitório



João Gomes - Presidente



Maria Emília Macedo Oliveira - Vice-Presidente



José Alberto de Sousa e Silva - Secretário

Corpos Sociais para o quadriénio 2020/2023

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente *Nuno Manuel Vasconcelos Tavares Moreira*
Vice-Presidente *José Carlos Brandão Gomes*
Primeiro Secretário *Mateus Manuel Maio Ribeiro*
Segundo Secretário *José Antunes Santos Silva*
Suplentes *Abel Alcino da Silva Ferreira*
José Miguel Alves de Aguiar Quintas

DEFINITÓRIO

Presidente *João Pereira Gomes*
Vice-Presidente *Maria Emília Macedo Oliveira*
Secretária *José Alberto de Sousa e Silva*
Suplentes *Joaquim José Pereira Figueiredo*
Jorge Manuel de Guimarães Caimoto

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor *Virgílio Alfredo Tavares Ferreira*
Vice-Provedor *Pedro Manuel Arteiro Falé*
Secretário *José Manuel Lobo Martins*
Tesoureiro *Virgílio da Silva Fernandes*
Vogais *Mário José Leite*
António Fernando Maio Ribeiro
Óscar Aníbal Fernandes Ribeiro
Suplentes *António Manuel Gomes Carvalho*
Gaspar Rodrigues da Silva
Manuel Abel Milhazes Rigor
João Maria de Freitas Pereira